

Controladoria Geral do Município

Assunto: RELATÓRIO ANUAL DE 2015. Conforme instrução normativa nº 007/TCE/RO/02, nos termos do disposto no art. 9° da Lei Complementar Estadual nº 154/96.

DA: CONTROLADORIA
PARA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RO
M.D. Prefeito Municipal

Senhor Prefeito;

O Controle Interno dentro das atribuições que lhe confere, acompanha os diversos setores deste Município, de forma a auxiliar e recomendar as melhorias nos aspectos da Gestão Administrativa, deste órgão.

O referido Relatório tem o objetivo de demonstrar todo o trabalho realizado, com a finalidade de adequar as normas legais e o atendimento aos limites constitucionais.

Demonstrando, seriedade na atuação Administrativa, as verificações têm por fim identificar, relatar, apontar, orientar, recomendar e sugerir, de maneira a atingir o objetivo da Administração, nos aspectos organizações, legalidade, transparência e outros.

Fica vossa Excelência ciente do Presente relatório e dos trabalhos que foram realizados pela Controladoria na Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Cujubim, 30 de março de 2016.

ELIANE APARECIDA ADÃO Controladora Geral do Município



Controladoria Geral do Município

#### **GABINETE DO PREFEITO**

DECLARAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO INFORMANDO TER TOMADO CIENCIA DO RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO. DISPOSITIVO: Instrução Normativa nº 007 DE 2002 e Art. 74 da CF c/c Art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **DECLARAÇÃO**

Declaro para quem possa interessar que nesta data tomei conhecimento do Relatório Anual da controladoria Geral do Município da Prefeitura Municipal de Cujubim/Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2015.

Cujubim, 30 de Março de 2015.

FABIO PATRÍCIO NETO PREFEITO MUNICIPAL



Controladoria Geral do Município

#### **GABINETE DO PREFEITO**

RELATÓRIO TÉCNICO/GERENCIAL REFERENTE AO EXERCICIO DE 2015 - CONSOLIDADO PREFEITURA/SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

#### PERIODO DE 01/01/2015 A 31/12/2015.

EM CUMPRIMENTO ART. 74 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ART. 59 E INCISOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AINDA, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/TCE-RO/2002, 13/TCER-2004 ART.11, INC. V, alínea "b" e Lei Complementar n.154/1996 artigo 9º inciso III.

#### Relatório Técnico de Analise do órgão de Controle Interno Anual Consolidado/2015

O Prefeito Municipal de Cujubim RO, Senhor Fabio Patrício Neto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, reconheço o parecer aqui exposto sobre relatório consolidado do Município de Cujubim, juntamente integralizado com o fundo Municipal de Saúde e Assistência Social através do Relatório do Setor de Controle Interno, referente ao exercício de 2015.

Cumpre informar que o presente relatório, aqui exposto traz ao conhecimento o andamento e acompanhamento dos processos auditado no período acima mencionado; procurando valorizar a administração pública e sanar as pendências que por eventuais erros possam ter sido cometidos, para tanto, deixamos claro os detalhes relatados em diversos itens do presente relatório.

A administração demostra seriedade, transparência, motivação, impessoalidade, moralidade e eficiência, contando com o apoio de todos os servidores aqui envolvidos, no sentido de alcançarmos maior eficiência e eficácia, o propósito exposto nesta gestão.



Controladoria Geral do Município

Salienta – se, que as ações dos trabalhos realizados, busca cumprir fielmente o que as normas vigentes da Administração Pública, de modo, que podemos afirmar que o controle Interno deste Município vem procurando cumprir com o estabelecido na Constituição e as demais Leis.

Apresento a minha pessoa, fico ciente dos trabalhos aqui executados pela controladora deste Município.

Cujubim - RO, 30 de Março de 2015.

Fabio Patrício Neto Prefeito Municipal



Controladoria Geral do Município

### RELATÓRIOS CONSOLIDADO/PREFEITURA/FUNDO SAÚDE/FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual de Investimento, a ser executado no exercício de 2015, conforme dispõe Lei nº 739/GP/2013 para quadriênio 2014/2017, e Lei Orçamentária anual 827/2014 - LOA onde se planejou e estimaram os programas e execução anual, composto por projetos e atividades, estabelecendo diretrizes, de forma objetiva para o cumprimento das metas administrativas das despesas de capital e outras dela decorrentes e ao programa de Governo continuado, estão inserido no orçamento vigente.

Conforme analisado as metas e seus cumprimentos de acordo Parágrafo 1º do artigo 167 da Constituição Federal, levando em consideração as dificuldades financeiras do Município, principalmente com o déficit financeiro e orçamentário, a atual administração, obtém de certo modo equilíbrio das contas públicas para o cumprimento das metas já estabelecidas de acordo com a capacidade de arrecadação, evitando assim o aumento das dividas, para que não ocorra a limitação de empenho conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas inseridas estão em consonância com os objetivos e anseios da população, os programas de Governo estão atendendo as necessidades de acordo com a sua execução.

ANEXO I EVOLUÇÃO DA RECEITA/PREVISÃO - PPA

2013	2014	2015
30.055.975,03	31.553.773,00	33.389.181,00

#### METAS FINANCEIRAS PPA/LOA/LDO

#### PREFEITURA MUNICIPAL 2015

PREFEITU RA/PPA	ORÇADO/ LOA 2015	DOTAÇÃO ATUALIZADA/ PREFEITURA	EMPENHADO	LIQUID.	PAGO
33.389.181,00	35.381.612,08	31.429.878,65	27.345.137,99	26.831.337,06	26.831.337,06

FONTE METAS FINANCEIRAS PPA/LOA/LDO EM ANEXO



Controladoria Geral do Município

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EXECUÇÃO 2015

SAÚDE/PPA	ORÇADO/LOA 2015/ATUALIZ	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	ADO			
5.876.019,00	8.538.498,28	7.451.791,56	7.198.178,82	7.174.968,74

FONTE METAS FINANCEIRAS PPA/LOA/LDO EM ANEXO

#### ASSISTENCIA SOCIAL EXECUÇÃO 2015

SOCIAL/PPA	ORÇADO ATUAL/ATUA LIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
511.680,00	1.501.328.21	1.236.284,62	1.213.362,09	1.183.614,90

FONTE METAS FINANCEIRAS PPA/LOA/LDO EM ANEXO

Observa-se: que a média de gasto da Prefeitura Municipal, Fundo de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, em relação ao valor do orçamento atualizado no exercício de 2015, superou o planejado, ambos os órgãos investiram mais que o planejado, atendendo os programas aprovados e previstos em Lei.

Contudo, está controladoria percebeu que não houve um bom acompanhamento por parte dos secretariados, por vezes varias modificações orçamentárias para atender finalidade, descobrindo e novamente suplementando. Porém, com todas as adversidades e atipicidades a execução está sendo regular.

Os programas de caráter continuado estão inseridos dentro do orçamento, na qual consta no PPA - Plano Plurianual de Investimento, assegurando seu cumprimento por ser meta já prevista dentro do exercício corrente.

### DOS PROGRAMAS E METAS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E EFETIVAMENTE EXECUTADOS EM 2015

PROGRAMA / EDUCAÇÃO	INVESTIMENTO R\$	EXECUTADO	PROCESSO Nº
	NOTA DE	2015	
	EMPENHO		



Controladoria Geral do Município

Co	Controladoria Geral do Município					
12.361.0004.1002.0000	221.952,49	218.436,56	652/2014			
Melhoria da infraestrutura						
das escolas						
4.4.90.51.92						
Obras e instalações						
12.361.0006.1002.0000	97.165,49	90.233,46	652/2014			
Melhoria da infraestrutura						
das escolas						
Civil Coccidio						
4.4.90.51.92						
Obras e instalações						
12.365.0003.1022.0000	22.769,12	22.769,12	652/2014			
Melhoria da infraestrutura	22.707,12	22.707,12	052/2014			
das escolas						
das escoras						
4.4.90.51.91						
Obras e instalações						
Obras em andamento						
08.244.0007.1004.0000	203.480,89	203.480,89	628/2014			
Melhoria da infraestrutura	200.400,07	200.400,07	020/2014			
dos prédios						
dos predios						
4.4.90.51.92						
Obras e instalações						
08.244.0007.1004.0000	45.798,30	45.798,30	628/2014			
Melhoria da infraestrutura	45.7 90,50	45.7 90,50	020/2014			
dos prédios						
uos picuios						
4.4.90.51.91						
Obras e instalações						
Obras em andamento						
12.361.0005.2057.0000	115.780,75	109.167,15	228/2015			
Manutenção salário	110.700,70	107.107,10	220/2010			
educação - FNDE						
caucação 114DL						
4.4.90.51.91						
Obras e instalações						
Obras em andamento						
12.361.0032.1032.0000	497.839,93	115.181,50	411/2014			
Construção de quadra	171.007,70	110.101,00	111/2017			
escolar						
Cocolai						
4.4.90.51.99						
Obras e instalações						
Obras e mistarações						



# Poder Executivo Prefeitura Municipal de Cujubim Estado de Rondônia Controladoria Geral do Município

Outros bens imóveis		*	
12.361.0005.2057.0000	71.739,93	45.064,04	231/2015
Manutenção salário			
educação - FNDE			
4.4.90.51.91			
Obras e instalações			
Obras em andamento			
12.361.0005.2057.0000	34.324,25	34.324,25	231/2015
Manutenção salário			
educação - FNDE			
4.4.90.51.91			
Obras e instalações			
Obras em andamento	<b>27</b> (2) (2		(10.10.11
12.365.0003.1002.0000	25.634,63	25.634,63	642/2014
Melhoria da infraestrutura			
das escolas			
4.4.90.51.99			
Obras e instalações			
Outros bens imóveis			
12.361.0004.2015.0000	430.847,91	256.921,23	053/2015
Manutenção das escolas	430.047,71	250.721,25	000/ 2010
municipais			
4.4.90.51.99			
Obras e instalações			
Outros bens imóveis			
12.361.0004.2015.0000	249.374,51	159.896,09	053/2015
Manutenção das escolas			,
municipais			
4.4.90.51.99			
Obras e instalações			
Outros bens imóveis			

PROGRAMA/	INVESTIMENTO	EXECUTADO	PROCESSO
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2015	Nº
	NOTA DE		
	EMPENHO		
08.244.0017.1009.0000	64.123,64	63.222,97	487/2013
Assistência às mulheres de			
Cujubim			



# Poder Executivo Prefeitura Municipal de Cujubim Estado de Rondônia Controladoria Geral do Município

4.4.90.51.92		
Obras e instalações		

PROGRAMA/	INVESTIMENTO	EXECUTADO	PROCESSO
AGRICULTURA	R\$	2015	N°
	NOTA DE		
	EMPENHO		
20.606.0013.1045.0000	112.950,00	112.950,00	413/2014
Aquisição de trator agrícola			
convênio 1012921-30/2013			
4.4.90.52.40			
Equipamentos e material			
permanente			

PROGRAMA/OBRAS	INVESTIMENTO R\$ NOTA DE EMPENHO	EXECUTADO 2015	PROCESS O Nº
15.451.0023.1071.0000	253.479,94	45.427,78	386/2013
Secretaria municipal de obras			
e serviços			
4.4.90.51.92			
Obras e instalações			
26.782.0036.1020.0000	61.171,00	61.171,00	587/2014
Recuperação de estrada vicinal			
fitha 2014			
3.3.90.30.54			
Material de consumo			
15.451.0012.2045.0000	214.800,00	159.310,00	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros –			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
15.451.0012.2045.0000	32.410,63	32.410,63	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			



Controladoria Geral do Município

Contr	oladoria Geral do Munic	ipio	
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
15.451.0012.2045.0000	32.410,63	32.410,63	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
15.451.0012.2045.0000	162.053,15	93.989,82	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
15.451.0012.2045.0000	10.061,67	10.061,67	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
15.451.0012.2045.0000	2.087,15	2.087,15	22/2014
Manutenção das ativ. da			
gestão de resíduos			
3.3.90.39.78			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Serviços de apoio			
26.782.0036.1020.0000	377.800,00	377.800,00	311/2014
Recuperação de estrada vicinal			
fitha 2014			
4 4 00 50 40			
4.4.90.52.40			
Equipamentos e material			
permanente	<b>54.42</b> 0.00	E4 400 00	204 /2017
15.451.0012.2043.0000	54.420,00	54.420,00	391/2015
Manutenção da rede de			



# Poder Executivo Prefeitura Municipal de Cujubim Estado de Rondônia Controladoria Geral do Município

Controladoria Geral do Município				
iluminação pública				
1				
3.3.90.30.26				
Material de consumo				
15.451.0012.2043.0000	34.119,00	34.119,00	391/2015	
Manutenção da rede de			,	
iluminação pública				
3.1				
3.3.90.30.05				
Outros serviços de terceiros -				
pessoa jurídica				
Serviços técnicos profissionais				
15.451.0012.2043.0000	14.796,00	14.796,00	391/2015	
Manutenção da rede de			7 -7 -5 -5	
iluminação pública				
3 1				
3.3.90.30.26				
Material de consumo				
15.451.0012.2043.0000	8.183,20	8.183,20	391/2015	
Manutenção da rede de			,	
iluminação pública				
3.3.90.30.26				
Material de consumo				
15.451.0012.2043.0000	12.000,00	12.000,00	391/2015	
Manutenção da rede de				
iluminação pública				
3.3.90.30.26				
Material de consumo				
27.812.0016.2050.0000	419,70	419,70	67/2015	
Manutenção das atividades				
desportivas				
4.4.90.52.35				
Equipamentos e material				
permanente				
Equipamentos de				
processamento de dados				
15.451.0012.2042.0000	6.596,85	3.162,00	504/2015	
Conservação e manut. De vias				
e logradouros				
2 2 00 20 12				
3.3.90.30.12				
Outros serviços de terceiros –				



Controladoria Geral do Município

			1
pessoa jurídica			
Locações			
15.451.0012.2042.0000	40.553,12	3.447,00	317/2015
Conservação e manut. De vias			
e logradouros			
3.3.90.30.24			
Material de consumo			
26.782.0012.2047.0000	12.909,06	5.170,50	317/2015
Conv. e manut. de estradas			
vicinais, pontes			
_			
3.3.90.30.99			
Material de consumo			
Materiais de construção			
26.782.0012.2047.0000	3.738,56	3.738,56	765/2015
Conv. e manut. de estradas			
vicinais, pontes			
3.3.90.30.39			
Material de consumo			
Autopeças			
26.782.0012.2047.0000	1.102,50	1.102,50	765/2015
Conv. e manut. de estradas			
vicinais, pontes			
3.3.90.39.19			
Outros serviços de terceiros -			
pessoa jurídica			
Manutenção e			
conservação			
04.122.0002.2004.0000	107.200,00	107.200,00	214/2015
Coordenação das ativ.			
Administ. da SEMOSP			
4.4.90.52.48			
Equipamentos e material			
permanente			
Veículos em geral			

As secretarias e fundos municipais, em geral realizaram suas atividades e metas, o município investiu em reformas das escolas, ampliação de salas de aulas, melhoria e troca na parte elétrica, construções, aquisições de materiais permanentes "equipamentos" para estruturar os agricultores, equipamentos de informática,



Controladoria Geral do Município

mobiliários, entre outros serviços. O transporte escolar teve uma melhoria considerável em relação às condições dos veículos, no entanto, o contrato não vem sendo tratado de forma pactuada em sua plenitude.

A Receita de Dívida Ativa da Prefeitura apresenta-se da seguinte forma:

O setor tributário de Arrecadação Municipal necessita de ajustes, tais como pessoal para atuar na fiscalização (Agente Fiscal), bem como equipamentos/veículos entre outros, visando à melhoria na arrecadação municipal. Atualmente, através do Decreto Municipal nº 067/2014, o município vem executando com parceria do cartório de protesto melhorando assim nossa arrecadação e diminuindo as dividas. Atualmente apresenta a seguinte situação.

Divida do ano recebida - R\$	Divida ativa recebida - R\$
1.128.972,11	405.100,12

Total geral recebida: R\$ 1.534.072,23 (hum milhão quinhentos e trinta e quatro mil setenta e dois reais e vinte e três centavos).

Processos judicializados - 37	Listagem de 204 certidões geradas – R\$
	290.972,15

A situação com a regularização fundiária está em andamento o que irá beneficiar os municípios em relação aos possíveis devedores. O procedimento de judicialização foi instaurado, contudo, sem grande êxito.

NÃO HOUVE POSSIBILIDADE DE ENCAMINHAR UM QUADRO DEMONSTRATIVO DE EXERICIOS ANTERIORES, E FAZER O COMPARATIVO, HAJA VISTA O SETOR TRIBUTÁRIO NÃO ENVIAR O RELATÓRIO SOLICITADO A ESTA CONTROLADORIA EM TEMPO.

Comparativo da receita prevista com arrecadada Janeiro a Dezembro 2013 a 2015 prefeitura/inprec

	2013	2014	2015	
Especificação	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
Receita Arrecadada	31.457.448,49	37.069.205,47	39.649.831,01	
Despesa Liquidada	26.673.219,35	31.040.037,97	36.796.109,61	
% DA DESPESA SOBRE A RECEITA	84,79	83,74	92,80	



Controladoria Geral do Município

A receita arrecadada sempre se manteve equilibrada diante das liquidações efetivamente realizadas nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

#### Despesas Empenhadas por Função de Governo

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, temos a distribuição por funções de governo. O quadro a seguir mostra como se comportaram as despesas empenhadas acumuladas, segundo a classificação funcional-programática, no exercício financeiro de 2013 a 2015.

Despesa Empenhada por Função de Governo consolidada/câmara/Inprec

Despesa Empenhada por Função de Governo consolidada/câmara/Inprec				
DESPESAS POR	2013			15
FUNÇÃO DE	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
GOVERNO				
CAMARA				
MUNICIPAL	1.289.951.23	1.362.330,29	1.406.905,27	
GABINETE DO				
PREFEITO	450.404,16	575.406,12	550.079,91	
SECRETARIA				
MUNICIPAL DE				
AD. E FAZENDA	3.324.422,14	3.506.590,95	4.487.714,71	
SECRETARIA				
MUNICIPAL DE				
ASSISTÊNCIA				
SOCIAL	717.699,44	1.106.791,51	1.077.824,33	
FUNDO				
MUNICIPAL DE				
ASSISTÊNCIA				
SOCIAL			158.460,29	
SECRETARIA M				
DE SAÚDE	5.154.143,08	6.188.597,87	7.451.791,56	
SECRETARIA M.				
DE OBRAS	3.171.145,31	4.030.604,26	3.384.027,15	
SECRETARIA M.				
EDUCAÇÃO E				
CULTURA		713.294,01	-	
DEPART.				
EDUCAÇÃO	12.712.098,89	13.490.091,74	16.302.089,33	
DEPART.				
CULTURA	94.722,60	-	-	
DEPARTAMENTO				
DE DESPORTO E				
LAZER	149.630,00	_		
DEPARTAMENTO	T			
AGRIGULTURA	412.751,80	1.688.568,16	1.283.985,53	
PROCURADORIA				
GERAL DO				
MUNICIPIO	253.005,35	402.322,17	410.879,17	



Controladoria Geral do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE						
ESPORTE E LAZER	84.400,80		82.974,16		584.453,91	
CONTROLADORIA GERAL	61.861,53		120.029,06		141.517,67	
SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE	85.010,93		115.680,29		238.353,89	
SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO					113.523,48	
INPREC	556.964,68		760.150,33		948.768,63	
TOTAL GERAL						
		28.618.211,94		34.143.430,92		38.540.374,83

#### PREVISÃO ORÇAMENTO

A proposta orçamentária solicitada pelo poder executivo ao legislativo, através da Lei 827/2014 de 16 de Dezembro de 2014, foi aprovada, ficando assim estimado o valor da receita e fixando a despesa em R\$ 35.381.612,08 (trinta e cinco milhões trezentos e oitenta mil seiscentos e doze reais e oito centavos) analisada, considerada viável por esta Corte de Contas e assim se efetivaram de forma regular em 2015.

#### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA/DESPESA

Base de dados contábeis até Dezembro de 2015			
Previsão Receita atualizada	37.480.542,47		
Arrecadada	39.649.831,01		
Despesa liquidada	36.796.109,61		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre 2015.

#### PREFEITURA MUNICIPAL/EVOLUÇÃO DA DESPESA/CONSOLIDADA

EVOLUÇÃO DA DESPESA / Anual/2015		
DOTAÇÃO ATUALIZADA	45.145.625,43	
DESPESA EMPENHADA	38.540.374,83	
DESPESA LIQUIDADA	36.796.109,61	
DESPESA PAGA	36.259.098,60	
DESPESA A PAGAR	2.281.098,60	

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA/REALIZADA



Controladoria Geral do Município

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/EVOLUÇÃO DA DESPESA

EVOLUÇÃO DA DESPESA/Anual/2015		
DOTAÇÃO ATUALIZADA	8.538.498,28	
DESPESA EMPENHADA	7.451.791,56	
DESPESA LIQUIDADA	7.198.178,82	
DESPESA PAGA	7.194968,74	
DESPESA A PAGAR	276.822,82	

### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/EVOLUÇÃO DA DESPESA

EVOLUÇÃO DA DESPESA/Anual/2015		
DOTAÇÃO ATUALIZADA	1.501.328,21	
DESPESA EMPENHADA	1.236.284,62	
DESPESA LIQUIDADA	1.213.362,09	
DESPESA PAGA	1.183.614,90	
DESPESA A PAGAR	52.669,72	

Em síntese, podemos observar que a execução orçamentária vem evoluindo neste exercício, comparando a Receita arrecadada em relação à Despesa empenhada, liquidada e paga, atendendo assim os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Aplicação parcial da Saúde

#### Quadro Demonstrativo da Aplicação das Despesas com Saúde

RECEITA I	RECEITA PRÓPRIA APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS				
	DE SAÚ	J <b>D</b> E			
RECEITAS E DESPESAS	TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS	TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA	PERCENTUAL DE RP APLICADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		



Controladoria Geral do Município

	22.160.093,39	5.757.192,26	25,98%
Total	22.160.093,39	5.757.192,26	25,98%

Fonte: Relatório Gerencial - resultado pelo pago.

O Fundo Municipal de Saúde até o final deste quadrimestre vem apresentando a aplicação de 25,98% (vinte e cinco vírgula noventa e oito por cento) das Receitas resultantes de Impostos e Transferências com ações e serviços de saúde, estando assim em conformidade e acima do que determina a EC 29/2000.

#### Aplicação parcial da Educação

#### Quadro Demonstrativo da Aplicação das Despesas com Educação

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO DO			
ENSINO			
RECEITA S E DESPESA S	TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIA S	TOTAL DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENT O DO Ensino/ fins limite	PERCENTUA L DE RP APLICADAS EM EDUCAÇÃO
	22.160.093,39	6.648.408,23	%
Total	22.160.093,39	6.648.408,23	30,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre/2015 ANEXO 8 E QUADRO SIMPLIFICADO PARA ANALISE DE APLICAÇÃO. Obs: existe divergência entre os anexos.

Ouadro Demonstrativo da Receita e Despesa - FUNDEB

Quium D D Cimono Cimo Ti Colorium C .	- 0-1-12-22
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. RECEITA DE TRANSFERENCIA DO	
FUNDEB	
1.1 - Saldo do Exercício Anterior	
1.2 - Recebimento Efetivo do FUNDEB	10.817.402,06
1.3 - Aplicações Financeiras com recurso do	



Controladoria Geral do Município

FUNDEB	
2. DEPESAS CERTIFICADAS (PAGAS)	
2.1 - Remuneração e Valorização do Magistério	
(Incluída as Obrigações Patronais - 60%)	7.056.971,56
2.2 - Outras Despesas do FUNDEB (40%)	4.130.173,29
3. DESPESAS EXCLUIDAS DO FUNDEB	
3.1 - Despesas Excluídas da Remuneração e	
Valorização do Magistério 60%	
3.2 - Outras Despesas Excluídas do FUNDEB	
(40%)	
4. TOTAL GERAL GASTO NO FUNDEB	11.187.144,85

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre/2015

Como podemos verificar 65,24% das Receitas destinadas ao FUNDEB foram aplicados na Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério, estando assim em conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº. 11.494 de 20 de julho de 2007.

#### Aplicação parcial com Pessoal PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2015

BASE DE CÁLCULO - PESSOAL	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA ATÉ MÊS 12/15	
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ MÊS 12/15	19.171.093,98
PERCENTUAL APLICADO	52,07%

FONTE - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ART. 55, INCISO I ALÍNEA A DA LRF

Em observância ao limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta) por cento que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, o índice no exercício de 2015 foi de 52,07% (cinquenta e dois vírgula zero sete) por cento, estando fora do limite da LRF (Prudencial). Deste modo cabe alerta ao gestor para o enquadramento.

#### Da Dívida Consolidada Líquida

Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA



Controladoria Geral do Município

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 1,2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO QUADRIMESTRE	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO A RCL
36.381.004,29	43.657.205,15	1.614.636,29	4,44%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 2º SEMESTRE /2014

O Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2015 apresentou o seguinte quadro:

#### Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 2015

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
	LIMITE DA	MONTANTE DA	DÍVIDA
RECEITA	DÍVIDA	DÍVIDA	CONSOLIDADA
CORRENTE	CONSOLIDADA	CONSOLIDADA	LÍQUIDA EM
LÍQUIDA	LÍQUIDA - 1,2	LÍQUIDA NO	RELAÇÃO A
-	VEZES A RCL	QUADRIMESTRE	RCL
36.817.784,93			
30.017.704,93	44.181.341,92	2.132.379,42	5.79%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 2º semestre/2015

Em relação aos exercícios de 2014 e 2015, verifica-se um aumento de divida contratual.

#### SISTEMA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

O município no exercício de 2015 priorizou treinamento de seus servidores, facilitando o bom andamento da instituição, o que nos permitiu baixar consideravelmente os índices de erros técnicos, contudo, necessitamos da parte de planejamento, embora, tenha sido nomeada servidora do quadro efetivo sendo técnica contábil, não houve desenvolvimento satisfatório no setor de planejamento e acompanhamento orçamentário, resultando negativamente e efetivamente nas atribuições desta controladoria.

O controle interno desta administração continua sem estrutura em relação a pessoal para acompanhar, orientar e corrigir todas as falhas e erros que por menores que sejam ainda acontecem, bem na verdade necessitaríamos de um conjunto, infelizmente os setores principais que servem de apoio estão frágeis, não obtivemos êxito no concurso público municipal no exercício de



Controladoria Geral do Município

2015, e possivelmente teremos um atraso para 2016, deste modo, continuaremos com poucos técnicos, sem renovação, e aumento de serviços haja vista ser natural o crescimento da população e em consequência o dever de melhoria.

O fortalecimento do controle interno é uma meta ainda a ser alcançada por esta Gestão no intuito de cumprirmos fielmente com as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal em manter ação planejada e transparente, fiscalizando e dando a este maior importância e relevância dentro de nossa instituição pública.

O gestor Municipal está consciente das deficiências e vem buscando organizar o sistema, vários dos apontamentos desta corte de contas estão sendo trabalhados no sentido de organizar e regularizar. Outras providências já foram tomadas, em relação à frota de veículos "Peças e serviços" via cartão, controle de combustível também por meio de cartão. Em relação à prestação de serviços por meio de cartão, embora, o acompanhamento venha a ser o mais prático, tanto no que diz respeito aos registros dos responsáveis, veículos cadastrados entre outros, esta controladora não está convencida em relação à forma que as empresas de cartão cadastram os postos e instiga o interesse.

O município de Cujubim vem fazendo aquisições de combustível no valor proposto pelo dono/gerente, oferecido naquela bomba e naquele momento, contudo, está havendo reclamações por parte de servidores que não atestam e nem declara a verdadeira situação, mas, que afirmam, os abastecimentos é mais caro para administração do que para a população. Não sabemos o que ocorre, mas, infelizmente, nem todos os postos aderem à prestação de serviços com a empresa de cartões, e parece haver um monopólio. O que foi apresentado à administração, é que, a economia é tão vantajosa em relação às dificuldades de haver os desvios, que os preços serão combatidos, mas, se não há desvios e esses preços estão abusivos? A situação está tão amarrada que no exercício de 2016 houve tentativas de licitar, tanto presencial, quanto eletrônico e os postos que se localizam no município e até mesmo o próprio contratado com a empesa de cartões não apresentou interesse.

Em sendo assim, observo em especifico os casos destas empresas que estão oferecendo estes serviços, como forma de economia, garantia de prestação de serviços e vantajosidade para administração, merece uma fiscalização em relação à forma de escolhas das empresas que serão cadastradas para servir a administração, ressaltando, que este município está localizado aproximadamente a 130 km de Ariquemes e 230 de Porto Velho, apenas três postos em condição de contratar e antes do sistema de cartão tínhamos dois que



Controladoria Geral do Município

concorriam e agora ninguém concorre nas licitações, engessando a administração até outras providencias.

Neste sentido, esta controladora em tratativas com servidores e gestor municipal orientou para licitar o combustível separado e contratar apenas o sistema de cartão, teríamos um controle monitorado, mas com um preço contratado diretamente com o fornecedor que brigou nos preços, baixando ainda mais o custo da bomba no valor litro e ainda ter o monitoramento com custo bem inferior, com a mesma qualidade. No entanto, se eles não vierem concorrer, não atingimos nosso objetivo.

#### DAS LICITAÇÕES

As realizações dos procedimentos licitatórios acontecem com ampla divulgação, nosso portal está sendo melhorado a cada dia, ainda não atende em tempo real totalmente, devido até mesmo os problemas que temos de conexão, e pessoal que está vagarosamente alimentado, contudo, este controle já alertou e orientou varias vezes para nomear alguém especifico que cuido de tudo e/ou cada setor ficar um responsável por suas publicações obrigatórias.

A home page do município já está funcionando, sendo alimentada, no que diz respeito aos Editais de licitações são publicados no *site* da AROM – Associação Rondoniense dos Municípios, mural Prefeitura, Câmara Municipal e os demais:

	1
Modalidade	Locais de publicação
	*Diário oficial do Município AROM
	*Jornal o madeirão
	*Site da cidade compras quando
Pregão	eletrônico
	*Diário oficial do Estado e Diário
	Oficial da União quando se trata de
	recursos de convênios
	*Mural Prefeitura e Câmara
	*Diário oficial do Município AROM
	*Jornal o madeirão
	*Site da cidade compras quando
Tomada de Preço	eletrônico
	*Diário oficial do Estado e Diário
	Oficial da União quando se trata de
	recursos de convênios



Controladoria Geral do Município

	*Mural Prefeitura e Câmara
	*Diário oficial do Município AROM
Concorrência	*Jornal o madeirão
	*Site da cidade compras quando
	eletrônico
	*Diário oficial do Estado e Diário
	Oficial da União quando se trata de
	recursos de convênios
	*Mural Prefeitura e Câmara
Dispensa	*Diário oficial do Município AROM
_	*Mural Prefeitura e Câmara

Dando também melhor transparência, é afixado no mural da prefeitura, no quadro de avisos.

#### **PREFEITURA**

Cabe a esta Controladoria apresentar e manter e manter as seguintes recomendações ao Gestor:

- 1. Manter as medidas para a redução do Limite das Despesas com Pessoal, nos termos dos Artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, tais como: redução do quadro de pessoal comissionado, pagamento de horasextras, gratificações indevidas e contratação de pessoal, visando assim manter o Limite Prudencial;
- 2. Estruturar o Departamento de Transporte para melhorar o controle de veículos e consumo de combustível deste Poder Executivo, visando um maior acompanhamento dos mesmos, estudar a possibilidade, se possível e legal, licitar o combustível em separado e contratar os serviços de cartão, visando economicidade e/ou até mesmo possibilidade de contratação para instalação de bomba própria para atender o Município, desde que consiga maior economicidade e mantenha controle;
- 3. Determinar que as Secretarias apresentem para o exercício de 2016, um Plano de Atividades com metas quantificadas, trazendo as informações para secretaria de planejamento, antecipadamente, visando dar cumprimento ao que fora previsto no Plano Plurianual, LDO e LOA vigentes e alterando conforme necessidades, pois existem mudanças



Controladoria Geral do Município

drásticas e necessárias acontecendo, contudo, vem trazendo desequilíbrio ao orçamento e receitas;

- 4. Determinar à Secretaria Municipal Planejamento, priorizar realizar leilão dos bens inservíveis e antieconômicos da administração em geral;
- Priorizar e estruturar o Departamento de Arrecadação Tributária, visando à fiscalização e melhoria da arrecadação municipal, no intuito de incrementar medidas para o aumento da arrecadação própria de recursos;
- 6. Estruturar de pessoal qualificado o Setor de Almoxarifado para melhor controle de Entrada, Saída e Estoque de materiais;
- 7. Que esteja atenta aos prazos determinados para encaminhamentos dos relatórios e balancetes mensais, mantendo tempestivas as obrigações;
- 8. Realizar a contratação de profissionais qualificados para a realização de laudo técnico pericial para identificar as atividades que são exercidas em condições de periculosidade e insalubridade dentro da estrutura organizacional da Prefeitura, Administração, Obras, Agricultura e Educação;
- **9.** Determinar aos secretários de pastas o acompanhamento dos servidores condutores de veículos, visando manter a frota em condições de trabalho, devendo tomar medidas disciplinares quando prejuízo ao erário;

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Cabe a esta Controladoria apresentar as seguintes recomendações:

- 1. Manter a aplicação nos percentuais estabelecidos pela legislação deverá o município rever Estatuto dos servidores do Município, priorizar o plano de cargos e salários, rever a estrutura organizacional da saúde (está em andamento);
  - 2. Manter o conselho de saúde atuante; Encaminhar relatórios de combustíveis devidamente atualizados mês a mês;
- **3.** Criar rotinas de trabalho, aprimorar o setor de Vigilância Sanitária, metas prioritárias quanto à fiscalização da qualidade das atividades do comércio local;
  - **4.** Manter os dados atualizados das ações e programas da saúde;
- 5. O gestor deverá solicitar do setor de Farmácia e Almoxarifado para que apresentem mensalmente os Demonstrativos de Entrada, Saída e Estoque de materiais e medicamentos, devendo ainda, ter um controle hospitalar de todas as entradas e saídas no atendimento de emergência do material penso e medicamento;



Controladoria Geral do Município

- **6.** Tomar medidas em relação à frota de veículos, para que os motoristas tenham zelo e sejam responsabilizados em suas faltas, uma vez que estamos tendo várias informações sobre mecânica e paralisação de serviços;
- 7. Continuar controlando a alimentação no hospital, ter controle de entrada e saída de pacientes que farão refeição quando internados e ainda ser controlada a alimentação apenas aos servidores plantonistas;
- **8.** Manter a redução do quadro de servidores em comissão, desde que não prejudique os serviços obrigatórios até a realização do concurso;
- **9.** Organizar a legislação do fundo municipal de saúde com a finalidade do gestor de saúde ser o responsável direto pelas contas do fundo e/o pessoa especifica para gerir conjuntamente com o secretário, não sendo razoável ser o Prefeito Municipal este ordenador;
- **10.** Priorizar os serviços da atenção básica e hospital de pequeno porte, inserir os serviços de atendimento laboratoriais, ultrassonografia em gestantes entre outros na escala obrigatória mínima de atendimento.

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cabe a esta Controladoria apresentar as seguintes recomendações:

- 1. Manter o fundo de Assistência conforme as normativas do ministério;
- 2. Manter quadro para atendimento da criança e adolescente;
- **3.** Encaminhar relatórios de combustíveis devidamente atualizados mês a mês ao responsável;
- **4.** Manter os dados atualizados das ações e programas de Assistência Social;
- **5.** O gestor deverá gerir os recursos financeiros do fundo de acordo com normativa;
- **6.** Tomar medidas em relação à frota de veículos, para que os motoristas tenham zelo e sejam responsabilizados em suas faltas;
- 7. Individualização do espaço da Secretaria e CRAS;
- **8.** Manter a redução do quadro de servidores em comissão, desde que não prejudique os serviços obrigatórios até a realização do concurso;
- Organizar a legislação do fundo municipal de Assistência social para legalizar o repasse obrigatório ao fundo da criança e adolescente, já solicitado anteriormente;



Controladoria Geral do Município

- **10.** Providenciar formação das equipes de referência do CRAS, mantendo profissionais, tais como: psicólogos e assistente social atendendo, assim, as exigências do monitoramento do Ministério;
- **11.** Nas compras e serviços que já foram objetos neste exercício, fazer realizar pregão com registros naquilo que for possível para evitar abertura de processos de suprimento de fundo;

#### **CONCLUSÃO**

O presente relatório técnico/gerencial elaborado pela Controladoria do Município de Cujubim – RO, no exercício de 2015 se deu com base em relatórios do sistema de contabilidade (software Pública), informações conjuntas com o contador João Siqueira.

Quanto à execução orçamentária observa-se que está dentro dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando neste exercício equilíbrio entre Receita e Despesa.

As aplicações da Saúde e Educação estão dentro dos limites definidos pela Instrução Normativa nº 022/2007 e Emenda Constitucional atendendo os limites definidos por lei.

Assim sendo nos colocamos a disposição para posteriores esclarecimentos, que por ventura possa surgir.

Atenciosamente,

Cujubim, 30 de Março de 2015.

Eliane Aparecida Adão Controle Interno



Controladoria Geral do Município

**CERTIFICADO DE AUDITORIA** 

Procedemos aos exames julgados necessários, por

amostragem, referente ao exercício de 2015 da Prefeitura Municipal, Secretaria

Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social de Cujubim/RO,

sendo constatadas que de forma geral, estão sendo cumpridas as normas legais,

no entanto, já está o gestor sob alerta com relação aos gastos e limites de

pessoal, uma vez que ultrapassa o limite prudencial.

Assim considerando os exames efetuados não foram

evidenciadas impropriedades ou irregularidades que comprometam a

probidade do ordenador de despesas, que as impropriedades são de natureza

formal e técnica, deste modo, opino pela regularidade das contas com ressalvas.

Cujubim, 30 de Março de 2016.

-----

Eliane Aparecida Adão Basílio Controladora Geral



Controladoria Geral do Município

A Vossa Excelência Presidente do Tribunal de Contas. Porto Velho – Rondônia.

#### PARECER DA CONTROLADORIA

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO. PERIODO: CONTAS EXERCICIO DE 2015

Analisamos o exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Cujubim/Saúde e Assistência Social RO, e Certificamos que a mesma conta com todas as peças exigidas pela Instrução Normativa nº 013/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária e possível humanamente, não sendo constatados atos ilegais ou ilegítimos que possam comprometer as contas do ordenador de despesa.

Dos exames efetuados, verificamos que os registros contábeis refletem adequadamente as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social de Cujubim/RO, e que de forma geral foram cumpridas as normas legais que tratam do processamento da despesa, alertando para adequação das despesas com pessoal por apresentar-se acima do limite prudencial, além de ser ano eleitoral em fim de mandato.

Assim considerando que nos exames efetuados não foram evidenciadas impropriedades ou irregularidades que comprometam a probidade do Ordenador de Despesas e demais responsáveis, sendo na maioria erros sanáveis de natureza formal.

Cujubim, 30 de Março de 2016.

----
Eliane Aparecida Adão Basílio

Controladora Geral